



A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

THE FUNCTIONALITY OF THE SPECIALIZED EDUCATION ASSISTANCE ROOMS IN ELEMENTARY SCHOOLS

LA FUNCIONALIDAD DE LAS AULAS DE ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA EN LAS ESCUELAS PRIMARIAS

Joniery Rubim de Souza¹, Maria Iris Mendes da Silva²

Submetido em: 02/05/2021

e24277

Aprovado em: 24/05/2021

RESUMO

A educação inclusiva é um assunto de ampla discussão atual que envolve aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos. Tendo em vista os diversos debates acerca de todas as particularidades que compõe essa temática, o presente trabalho tem como objetivo compreender o funcionamento dos espaços para atendimento educacional especializado nas escolas do ensino fundamental no município de Caxias-MA, no que se refere ao atendimento à demanda local, bem como saber se as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) atendem as necessidades educacionais especiais dos alunos e quais conhecimentos os professores possuem quanto ao trabalho que deve ser realizado nesses ambientes de educação inclusiva. A pesquisa se classifica como de natureza básica, com abordagem metodológica de caráter quanti-qualitativo e estudo de campo. Sua execução foi dividida em três etapas, obedecendo a seguinte ordem: levantamento de dados sobre as escolas que ofertam atendimento educacional especializado aos alunos matriculados, aplicação de questionários com os professores das SRM e profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e posterior processamento de dados para obtenção de resultados que subsidiaram a pesquisa. Ao final deste estudo obteve-se um panorama do funcionamento das salas de AEE nas escolas municipais de Caxias-MA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Salas de Recursos Multifuncionais.

ABSTRACT

Inclusive education is a subject of broad current discussion involving political, cultural, social and pedagogical aspects. Taking into account the various debates about all the particularities that make up this theme, the present work aims to understand how spaces for specialized educational care in elementary schools in the city of Caxias-MA, with regard to meeting local demand, as well as whether the practices developed in the Multifunctional Resource Rooms (SRM) meet the special educational needs of students and what knowledge teachers have about the work that should be done in these environments of inclusive education. The research is classified as basic in nature, with a quantitative methodological approach and field study. Its execution was divided in three stages, obeying the following order: survey of data on schools that offer specialized educational assistance to students enrolled, application of questionnaires with SRM teachers and professionals of Specialized Educational Assistance (AEE), and subsequent processing of data to obtain results that subsidized the research. At the end of this study we obtained an overview of the functioning of the AEE rooms in the municipal schools of Caxias-MA.

KEYWORDS: *Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Multifunctional Resource Rooms.*

¹ Instituto Federal do Maranhão - IFMA

² Instituto Federal do Maranhão - IFMA



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

RESUMEN

La educación inclusiva es un tema de amplio debate actual que implica aspectos políticos, culturales, sociales y pedagógicos. En vista de los diversos debates sobre todas las particularidades que componen este tema, este trabajo tiene como objetivo comprender el funcionamiento de los espacios de atención educativa especializada en las escuelas primarias de la ciudad de Caxias-MA, en lo que respecta a la atención de la demanda local, así como conocer si las prácticas desarrolladas en las Salas de Recursos Multifuncionales (SRM) responden a las necesidades educativas especiales de los alumnos y qué conocimientos tienen los profesores sobre el trabajo que debe realizarse en estos entornos educativos inclusivos. La investigación se clasifica como de carácter básico, con enfoque metodológico de carácter cuanti-cualitativo y estudio de campo. Su ejecución se dividió en tres etapas, en el siguiente orden: relevamiento de datos de las escuelas que ofrecen atención educativa especializada a los alumnos matriculados, aplicación de cuestionarios con docentes de SRM y profesionales de Atención Educativa Especializada (AEE), y posterior procesamiento de datos para obtener resultados que subsidiaran la investigación. Al final de este estudio obtuvimos una visión general del funcionamiento de las salas de AEE en las escuelas municipales de Caxias-MA.

PALABRAS CLAVE: *Educación inclusiva. Servicio educativo especializado. Salas de recursos multifuncionales.*

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da educação inclusiva tem se acentuado nas últimas décadas, mais especificamente, envolvendo aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos. Sua oferta nas escolas em todos os níveis e modalidades é um direito garantido por lei e que, portanto, deve ser implementado da melhor e mais satisfatória maneira, de forma a promover o máximo aproveitamento das habilidades dos alunos e o desenvolvimento de capacidades físicas, sensoriais, sociais e intelectuais (BRASIL, 2015).

Dentro desse contexto de escolas mais inclusivas, foi criado o programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas públicas de níveis estadual e municipal, com o objetivo de promover um ensino com qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (PASIAN et al., 2014).

De acordo com o decreto nº 7611/2011, as atividades nas SRM devem ser realizadas de forma complementar e suplementar a escolarização e no contraturno ao horário regular de aulas na escola comum. O intuito dessa proposta é assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular sem que o aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) seja excluído da escolarização e da integração com os demais alunos. O funcionamento das SRM deve ser compreendido a partir de alguns fatores, tais como a organização do atendimento a diversidade de alunos, a relação entre o currículo da SRM e das classes comuns que o aluno



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

frequenta, como também os limites e possibilidades desse suporte oferecido (BRASIL, 2011; PASIAN et al., 2014).

No que diz respeito ao aspecto multifuncional das salas de recurso, Baptista (2011, p.71) atribui duas significações: uma está atrelada aos diferentes tipos de atendimento que são feitos nas salas de recursos como consequência da diversidade de alunos com NEE que necessitam desenvolver suas habilidades e capacidades. A segunda dimensão citada pelo autor está relacionada à pluralidade de ações que podem abarcar desde o atendimento ao aluno, ou grupo de alunos, até o acompanhamento de processos nas salas de aulas comuns, ao desenvolvimento de projetos específicos em espaços transversais e ao diálogo com docentes, família ou outros profissionais que trabalham com esses discentes.

A importância da criação desses ambientes nas escolas comuns e várias outras medidas tomadas nessa área da educação podem contribuir para aumentar a confiança e a percepção da população sobre o fato que alunos com NEE têm um espaço garantido por direito nas escolas comuns, sendo um dever das autoridades garantirem essa inclusão da forma correta. Essa ampliação das informações à população e efetivação das medidas para torná-las realidade pode influenciar na maior participação desses alunos na educação especial.

Uma vez que as escolas municipais de Caxias-MA estão adaptadas segundo as recomendações oficiais, com salas de AEE para incluir os alunos com NEE, o presente estudo tem como objetivo compreender o funcionamento dos espaços para atendimento educacional especializado nas escolas municipais de Caxias-MA, propondo as seguintes questões norteadoras: Como se encontra o funcionamento dos espaços para AEE nas escolas municipais de Caxias-MA? As práticas desenvolvidas nas SRM atendem a demanda local? Quais conhecimentos os professores possuem no que se refere ao trabalho que deve ser realizado nesses ambientes de educação inclusiva? Busca-se dessa forma também esclarecer as funções das salas de atendimento educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos Históricos do Atendimento Educacional Especializado e a criação das salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns do Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, em seu capítulo 5, art. 58, traz a seguinte definição para Educação Especial: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). Portanto, a educação especial possui um formato diferenciado da educação regular, pois deve estar adaptada para atender as necessidades educacionais desses alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta em seu texto a definição para Educação Inclusiva como: “[...] paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

que avança em direção à ideia de equidade formal [...]” (BRASIL, 2008). Assim como essas, há outras ações de caráter jurídico e legislativo voltados ao atendimento educacional especializado e que se configuram como ações de caráter emergencial para garantir o direito de todos à educação (SILVA JUNIOR E MARQUES, 2015).

Desse modo, a história da Educação Especial é algo relativamente recente na história do Brasil. Considera-se como marco inicial desse processo rumo à equidade na educação a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos Mudos (1857), hoje conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos datam do período do império, na cidade do Rio de Janeiro. No século XX foi criado o Instituto Pestalozzi (1926), especializado no atendimento às pessoas com deficiência e posteriormente, em 1945 e 1954, são fundados o atendimento especializado a pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, respectivamente (SOUTO, 2014; GAIA, 2017).

Dessa forma, até o final do século XIX, a Educação Especial foi abordada pelos governos a partir de ações isoladas e se referiu mais a deficientes visuais, auditivos e em menor quantidade a deficientes físicos. Já na década de 50, o número de classes e escolas especiais no ensino público e escolas comunitárias privadas sofreram um rápido incremento, com as discussões sobre a temática centradas na qualidade do ensino ofertado (NORONHA E PINTO, 2014).

Seguindo uma ordem cronológica, na década de 60 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024/61, que aponta o direito à educação para as pessoas ditas excepcionais. A Lei nº 5.692/71, que alterou a LDBEN no tocante ao tratamento especial para os estudantes com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. E em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP (BRASIL, 2008).

Até então, todas essas medidas tomadas contribuíram para o avanço na conquista de direitos pelo público-alvo da educação especial, mas ainda era insuficiente para garantir um atendimento eficiente e que englobasse todas as pessoas com deficiência. Na década de 90 surge assim o conceito de Educação Inclusiva, possibilitando a expansão da visão até então vigente sobre a oferta educacional na modalidade especial e induzindo as sociedades e as instituições educacionais a se adequarem as pessoas com deficiência e não de forma contrária. Dessa forma, esse novo paradigma surgiu como uma reação oposta ao processo de integração, a qual defendia que as pessoas com deficiência deveriam se adaptar as instituições sociais (NORONHA E PINTO, 2014; NUNES et al., 2015; SILVA, 2017).

Após a publicação de vários decretos, pareceres e resoluções que garantiam a efetivação da inclusão dos estudantes com deficiência, em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), criada para “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência” (BRASIL, 2015). No



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

capítulo IV dessa Lei, que trata do direito a educação, estabelece que o atendimento educacional especializado deve ser incluído no Projeto Político Pedagógico da escola e esta deve fazer todas as adaptações necessárias para garantir essa oferta.

Houve ainda marcos internacionais na história da educação que influenciaram os sistemas educacionais em todo o mundo até os dias atuais. Gaia (2017) destaca a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (1989), a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990; o Regulamento das Nações Unidas para a Igualdade de Oportunidades e dos Deficientes (1993) e a Declaração de Salamanca (1994), sendo atribuída a esta última, em especial, um grande valor devido a ampliação de conhecimentos acerca de necessidades especiais e como deve se conduzir a escolarização desses alunos que precisam de escolas adaptadas às suas necessidades (NUNES et al., 2015).

2.2 Salas de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes onde a escola disponibiliza recursos e materiais para apoio pedagógico, com o intuito de atender às especificidades dos alunos público-alvo da Educação Especial e que estão matriculados no ensino regular. Nelas podem ser encontrados equipamentos, mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos que contribuem para a diminuição dos obstáculos no desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2010; SANTOS et al., 2017).

Por meio do decreto nº 6571, ano 2008, foi instituído o duplo cômputo da matrícula dos alunos da educação especial, sendo uma em classe comum da rede pública e outra em classe de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010). Dessa forma, tornou-se obrigatório a existência de salas para se realizar o atendimento educacional especializado de forma suplementar ou complementar à formação dos estudantes.

O Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação, emitiu a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação básica, modalidade Educação Especial, a saber, em seu artigo 5:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009).

Dessa forma, essa resolução institui onde e quando seria ofertada o atendimento educacional especializados aos alunos público-alvo da educação especial, priorizando-se a própria escolar onde o aluno estuda, mas quando isso não fosse possível, devido à falta de estrutura, espaço, investimento ou outros fatores, esse atendimento seria realocado em outras instituições.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como de natureza básica, com abordagem metodológica de caráter quanti-qualitativo e estudo de campo. Segundo Gil (2019) a pesquisa básica, também conhecida como pura, reúne estudos com a finalidade de preencher lacunas no conhecimento. Neste caso, sua execução foi dividida em três etapas, com o objetivo de se obter um panorama das escolas caxienses que possuem SRM, do atendimento que é ofertado ao seu público alvo e os relatos dos professores sobre suas atividades e realidade escolar.

A primeira etapa consistiu na elaboração do projeto da pesquisa para se ter fundamentos teóricos e estabelecer os direcionamentos do estudo. Na segunda etapa, foi realizado um levantamento de dados junto a Secretaria Municipal de Educação de Caxias para se obter informações a respeito de quais escolas possuíam salas de AEE com alunos com NEE matriculados. Da mesma forma foram listados os profissionais especializados em AEE que trabalham nessas escolas para a aplicação de questionários. Por fim, na terceira etapa, o questionário foi enviado a todos os participantes da pesquisa e posteriormente esses dados foram analisados para produção dos resultados dessa pesquisa.

O questionário *online* que foi produzido foi elaborado a partir da utilização da ferramenta *Google Forms*, em consonância com as normas de distanciamento social por causa da pandemia mundial da COVID-19, sendo enviado por e-mail aos profissionais das SRM das escolas alvo da pesquisa.

A análise dos dados coletados ocorreu na forma de tabulação no programa Microsoft Excel - versão 2019, visando a geração de gráficos com a finalidade de uma melhor visualização e consequente discussão das informações, que subsidiaram a escrita de artigo científico como trabalho de conclusão de curso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo relatório enviado via e-mail pela Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT), há na cidade de Caxias-MA 51 escolas que dispõem de AAE em SRM, com 102 turmas cadastradas e uma média de 11 alunos que necessitam desse tipo de atendimento por turma (SEMECT, 2020).

Os profissionais entrevistados se encontravam na faixa etária entre 45 a 58 anos, com tempo de atuação na área docente de 22 a 35 anos, conforme apresentado na tabela 1.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

Tabela 1. Dados relativos ao tempo de atuação e faixa etária das professoras.

Professoras	Idade	Tempo de atuação
P1	57	35 anos
P2	47	22 anos
P3	58	25 anos
P4	56	30 anos
P5	45	23 anos

Fonte: Autoria própria (2020)

As escolas da rede municipal em que os entrevistados atuam são U.E.M. Costa Sobrinho, E.M. Antenor Gomes Viana, U.I.M. Paulo Freire e João Lobo. Observa-se que o longo tempo de atuação é algo preponderante entre os sujeitos pesquisados, o que demonstra que eles começaram a atuar cedo, possuindo dessa forma uma experiência considerável.

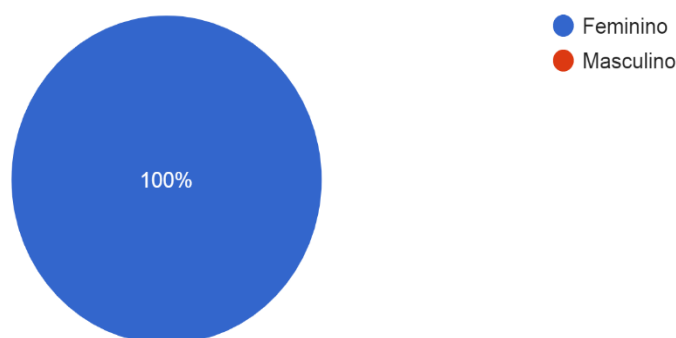
Em relação a prática educativa realizada ao longo dos anos, as professoras relataram já ter trabalhado com várias necessidades educacionais especiais, dentre elas: deficiência intelectual, deficiência visual, Síndrome de Down, Transtorno do Espectro do Autismo e deficiências motoras. É importante lembrar que segundo o decreto nº 6.571 de 2008, que estabelece as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, o público-alvo do AEE abarca alunos com deficiência (impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial), alunos com transtornos globais do desenvolvimento (alterações neuropsicomotoras, nas relações sociais, na comunicação e motoras) e alunos com altas habilidades e superdotação (possuem potencial elevado em áreas do conhecimento humano). O gráfico 1 demonstra o gênero desses docentes que participaram da pesquisa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

Gráfico 1 – Gênero dos participantes profissionais de AEE.

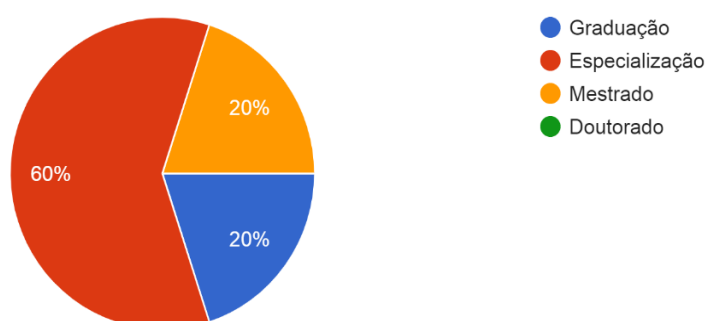


Fonte: Autoria própria (2020)

Como constatado no gráfico 1, todos os profissionais que responderam ao questionário são do sexo feminino. Esse dado é preponderante nos trabalhos encontrados, demonstrando a homogeneidade encontrada nesses ambientes no que diz respeito aos profissionais atuantes na SRM. Dentre alguns autores que apontaram essa preponderância feminina nos cargos relacionados ao AEE está o de Ferreira e Costa (2016); Fumes et al. (2014); Pacheco e Maia (2017); Floró (2016); Kuhn Júnior et al. (2016) e Medeiros et al. (2018), esse último estudo apresentou dentre os 50 profissionais da rede estadual atuantes nas SRM, 40 são mulheres.

Quanto ao nível de formação dos profissionais de AEE, o gráfico 2 resume os dados obtidos através do questionário.

Gráfico 2 – Maior nível de formação dos profissionais de AEE



Fonte: Autoria própria (2020)

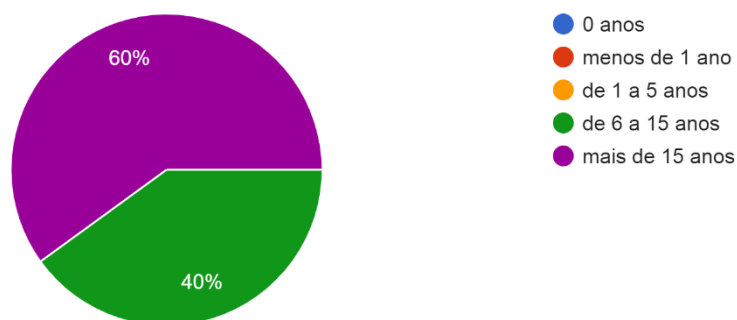


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

O gráfico 2 mostra que mais da metade dos profissionais entrevistados apresentam especialização (*lato sensu*) como maior nível de formação. Quantidades iguais dos pesquisados apresentam somente até a graduação e também formação superior a nível de mestrado. Nenhum possui doutorado. É importante ressaltar que segundo o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais que cita a CNE/CEB n. 09/2009, art. 12, o professor da SRM deve ter “formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial” (BRASIL, 2010). Isso demonstra que todas os entrevistados possuem formação específica de acordo com o que é exigido legalmente, algumas até suplantando o mínimo de cursos solicitados. Quanto aos anos de experiência, o gráfico 3 demonstra os resultados obtidos nesse quesito.

Gráfico 3 – Anos de experiência com alunos com Necessidades Especiais Educacionais (NEE).



Fonte: Autoria própria (2020)

Comparando-se o período de atuação com o de outras pesquisas, Oliveira e Zaboroski (2018) assinala que em estudos sobre práticas pedagógicas realizadas por 6 professoras atuantes nos estados de São Paulo e Paraná, o tempo de atuação dessas professoras em SRM não ultrapassou nove anos, sendo que as autoras da pesquisa instituíram como mínimo um período de três anos de experiência profissional na área. Condição semelhante pode ser encontrada no estudo de Ferreira e Costa (2016), em pesquisa sobre AEE ofertado em SRM no Sudoeste Baiano, as 12 professoras pesquisadas apresentaram tempo de atuação entre 2 e 4 anos, sendo portanto, um período bem menor quando comparados aos da pesquisa em questão.

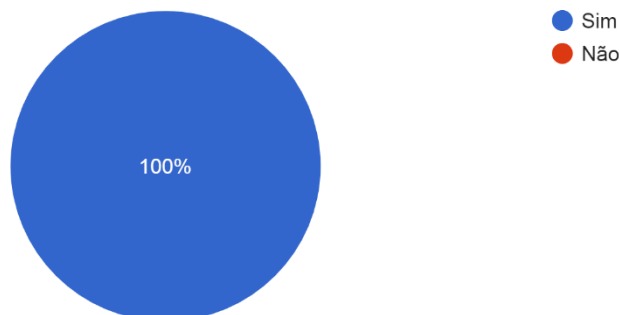
A formação continuada é outro aspecto que não poderia ser esquecido nesse trabalho. No gráfico 4 se encontram as respostas obtidas quanto a esse assunto.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

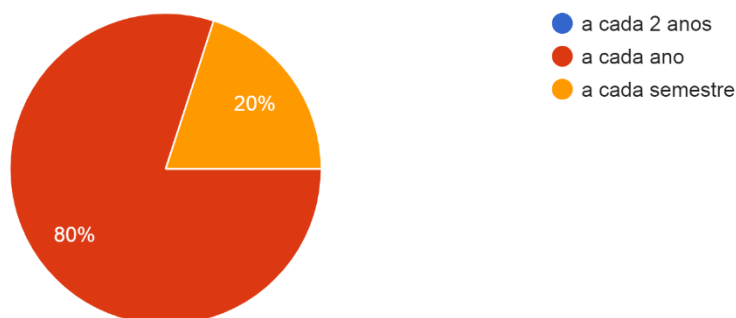
Gráfico 4 – Formação continuada promovida pela escola onde as profissionais atuam.



Fonte: Autoria própria (2020)

Todas as profissionais entrevistadas confirmaram a ocorrência de capacitações realizadas pelas escolas onde atuam. Em outros trabalhos pesquisados, como em Fumes et al. (2014) e Souza Bridi (2011), a formação continuada é ofertada por Secretarias de Educação e Educação Especial, como formas de preparar os professores para a atuação em SRM que estavam sendo instaladas em suas respectivas cidades. Convém destacar a importância da formação continuada, pois conforme Delevati (2012), “cumpre importante papel, quando colocam em choque diferentes perspectivas epistemológicas, pois são elas que promovem mudanças”. Dessa forma, a existência de capacitações para esses profissionais é um dado extremamente relevante e positivo, pois demonstra o empenho da escola para aperfeiçoar seus profissionais, visando ofertar um serviço cada vez melhor a todos os alunos com NEE. Em relação à frequência, o gráfico a seguir dispõe:

Gráfico 5 – Frequência de capacitações.



Fonte: Autoria própria (2020)

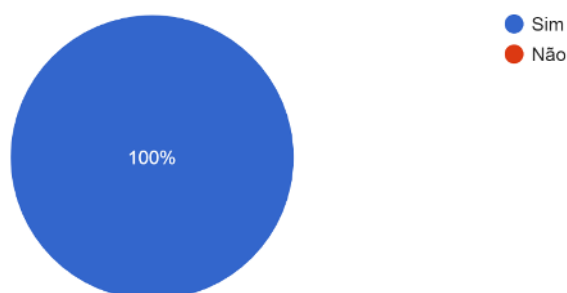


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

Observa-se que os participantes da pesquisa em sua maioria (80%) afirmam ter capacitações realizadas anualmente. Uma menor quantidade de profissionais afirma que são realizadas capacitações de forma semestral. Essa frequência se assemelha em parte ao que é apontado no trabalho de Lima (2018), uma vez que neste a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande realiza formações mensalmente e anualmente com seus profissionais. Souza Bridi (2011) apresenta em seu trabalho cursos de capacitação para professores do AEE realizados anualmente na cidade de Santa Maria (RS). É notório, no entanto, que mais importante do que a quantidade de cursos ofertados em um intervalo de tempo é a qualidade dessas capacitações. As capacitações devem suscitar mudanças na práxis docente, pois se não fizerem o docente refletir sobre sua prática e de fato aprimorá-la, a educação permanecerá com déficits e excluindo aqueles que tem direito a esse benefício. A respeito da busca por esses cursos do aprimoramento a partir do professor, o gráfico 6 apresenta os resultados.

Gráfico 6 – Cursos feitos pelos pesquisados visando a atualização de seus conhecimentos quanto a temática em questão.



Fonte: Autoria própria (2020)

Quanto ao gráfico 6, todas as respostas se apresentaram afirmativas. Pode-se inferir, dessa forma, que as profissionais pesquisadas têm comprometimento em buscar aperfeiçoamentos profissionais que somam à sua atuação docente. De modo similar, Silva e Pavão (2019) observaram em estudo sobre o impacto na formação e prática de professores egressos de um curso de AEE na modalidade EAD, que havia nos profissionais pesquisados uma preocupação em buscar atualizações em suas práticas educativas de modo a atender toda a diversidade de necessidades educacionais. Provavelmente, a busca por atualizações está relacionada ao que Rabelo e Mendes (2016) citaram em seu trabalho, no qual as docentes se sentiam despreparadas para atender a todas as demandas no AEE e por isso a necessidade de atualizações constantes. Sobre a estrutura das SRM e sua

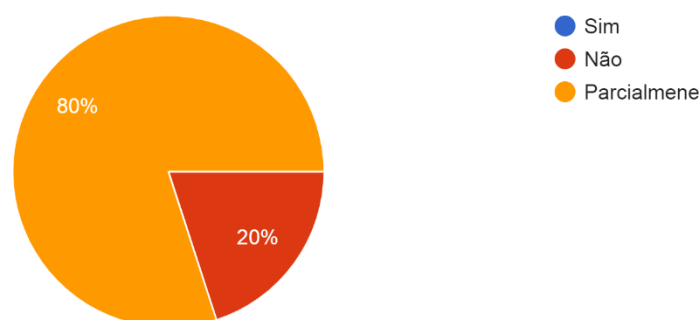


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

adequação para o AEE, o gráfico 7 apresenta os resultados de acordo com as respostas das profissionais.

Gráfico 7 – Existência de estrutura adequada das escolas para atender aos diferentes tipos de limitações dos alunos com NEE.



Fonte: Autoria própria (2020).

A maioria das profissionais respondeu que a escola apresenta parcialmente estrutura para atender aos alunos do AEE. Uma menor quantidade afirmou não existir estrutura adequada para atender essa demanda. Menezes (2016) atribui essa falta de adaptação das escolas às negligências de gestores e governantes, os primeiros porque não buscam trazer melhorias para suas escolas no que diz respeito ao atendimento de qualidade e à diversidade de alunos e os segundos porque não investem o suficiente em melhorias físicas nas escolas ou devido a cortes de verbas para a educação especial.

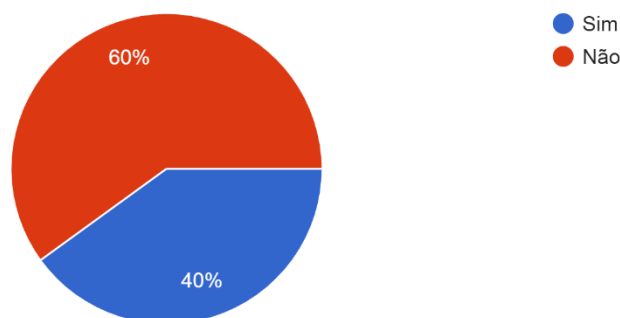
Cabe acrescentar nessa discussão que, segundo o Portal do MEC, através do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, iniciado no ano de 2005, haviam sido instaladas até o ano de 2009 o quantitativo de 15.551 salas de recursos multifuncionais, devidamente equipadas com equipamentos, mobiliários, materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade. Elas foram distribuídas em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, atendendo a 4564 municípios. Sobre a existência desses recursos materiais e de apoio ao ensino nas SRM em que as profissionais atuam, o gráfico 8 resume os resultados obtidos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

Gráfico 8 – Existência de recursos pedagógicos e materiais adaptados necessários para a realização de atividades com alunos NEE nas SRM.



Fonte: Autoria própria (2020).

Mais da metade das participantes da pesquisa afirmou não haver recursos pedagógicos e materiais adaptados disponíveis nas SRM. Esse é um dado alarmante, visto que para o pleno funcionamento de uma SRM, além de profissionais capacitados, a sala deve ser devidamente equipada com recursos que viabilizem a complementação ou suplementação da aprendizagem dos alunos. Quando solicitado a descrição dos materiais presentes nas SRM com as quais elas trabalham, as profissionais citaram materiais lúdicos, alguns jogos educativos e pedagógicos, prancha de comunicação, computadores, televisão, equipamentos para ajudar na locomoção, livros, lupa e, por fim, muitas delas comentaram haver muitos materiais (jogos pedagógicos, livros adaptados etc.) confeccionados por elas próprias que são utilizados nas SRM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em observância aos objetivos estabelecidos nesse estudo, a funcionalidade das salas de AEE em Caxias-MA apresenta alguns aspectos que são positivos quanto ao seu funcionamento. Estes pontos positivos são: experiência significativa das profissionais na área de AEE, formação em sua maioria dentro do que é exigido por lei, participação em capacitações, busca por cursos de aperfeiçoamento por motivação pessoal e não apenas por exigências externas e também se pode incluir a adequação parcial das SRM no que se refere a estrutura das escolas.

Por outro lado, um número considerável de aspectos negativos foi encontrado. Isso está relacionado a carência de recursos pedagógicos e materiais nas escolas que apresentam as SRM, sendo necessário que algumas das profissionais produzissem seus próprios materiais com recursos próprios. A frequência insuficiente das capacitações (uma vez a cada semestre ou uma vez a cada ano) foi considerado como insatisfatória para sanar as dificuldades encontradas durante o AEE. E como último aspecto, resultados parcialmente insatisfatórios foram encontrados quanto a estrutura das escolas para receber esses alunos com NEE.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

Nota-se que a maioria desses pontos negativos estão bastante relacionados a esferas da administração pública, uma vez que para realizar compra de materiais a serem utilizados nas SRM deveria haver primeiramente o repasse de verbas pelo governo, de modo que se pode atribuir a responsabilidade da parcial inadequação da estrutura escolar e das SRM ao poder público. Quanto as capacitações, entende-se que é necessário um trabalho conjunto de escolas e Secretarias de Educação nas ações de planejamento para o incremento dessas formações, tarefas que requerem compromisso e organização.

Dessa forma, apesar do compromisso das profissionais entrevistadas em buscarem por melhorias no AEE prestados nas SRM, a educação inclusiva necessita de mais partes envolvidas nessa busca. É nesse sentido que a inclusão vem ao longo do tempo conquistando mais avanços, devido a pessoas que no passado não se conformaram com a situação de exclusão e cerceamento de direitos de alunos com NEE e buscaram por mudanças.

Por fim, vale frisar que a superação desses desafios ainda vigentes é um trabalho de todos, que exige o engajamento do corpo escolar, família, comunidade e governo. Se qualquer uma dessas partes estiver aquém do que acontece dentro das SRM, uma parte dos avanços e melhorias desses ambientes de aprendizado serão prejudicados direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 59-76, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 7.611**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 17 nov. de 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 06 jul. de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, [20--]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009**. Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

DELEVATI, A. C. **AEE: que “atendimento” educacional é este? As configurações do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da rede municipal de ensino de Gravataí (RS).** Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, N. C. S.; COSTA, C. S. L. A concepção de professores sobre o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 23-36, 2016.

FLORÓ, L. F. D. **Inclusão escolar, salas de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações.** 2016. 305f. Dissertação (Mestre em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FUMES, N. L. F.; CALHEIROS, D. S.; MERCADO, E. L. O.; SILVA, F. K. L.; BARBOSA, M. O.; SANTOS, S. D. G. A formação continuada de professores de Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Maceió/AL. **Revista Teias**, v. 15, n. 35, 2014.

GAIA, R. S. P. **Educação Especial no Brasil: análises e reflexões.** Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170719100610.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KUNH JUNIOR, N.; SARDAGNA, H. V.; PEDDE, V.; ROTH, F. L. O. O *Habitus* professoral e a educação especial: percepção dos professores de classe comum e sala de recursos multifuncional. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, 2016.

LIMA, M. G. **A formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Campina Grande/PB: o antes, o durante e o depois de uma intervenção pedagógica.** 2018. Dissertação (Mestre em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MEDEIROS, S. A.; FALCÃO, T. P.; HAZIN, I. A. Formação, Concepções de Inclusão e Experiências dos Professores que Atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais do Estado do Rio Grande do Norte. *In.*: **VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2018)**, Fortaleza, Ceará, 2018.

MENEZES, R. F. L. **Atendimento educacional especializado- AEE: necessidade e funcionamento no município de Apodi/RN.** 2016. 26 f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

NORONHA, E. G.; PINTO, C. L. **Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências.** Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos. Acesso em: 06 jul. 2020.

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, 2015.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FUNCIONALIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Jonierly Rubim de Souza, Maria Iris Mendes da Silva

OLIVEIRA, J. P.; ZABOROSKI, A. P. Práticas pedagógicas em Salas de Recursos Multifuncionais: possibilidades e desafios para a educação inclusiva. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 13, n.2, 2018.

PACHECO, A. P.; MAIA, H. O trabalho do professor de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais em escolas da Baixada Fluminense. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35, 2020.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Sala de recursos multifuncionais: revisão de artigos científicos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 213-225, 2014.

PORTAL DO MEC. **Distribuição das Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32715#:~:text=De%202005%20a%202008%2C%20foram%20distribu%C3%ADdas%205.551%20salas%20com%20recursos%20multifuncionais.&text=As%20salas%20de%20recursos%20multifuncionais%20permitem%20que%20o%20aluno%2C%20al%C3%A9m.as%20especificidades%20de%20cada%20estudante>. Acesso em: 10 out. 2020.

RABELO, L. C. C.; MENDES, E. G. Processo de formação continuada à distância com professores do AEE: potencialidades dos casos de ensino. *In.*: **Anais [...]** do 7º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2016, São Carlos, Campinas, Galoá, 2016.

SANTOS, J. O. L.; MATOS, M. A. S.; SADIM, G. P. T.; SILVA, J. R. A.; FALANCA, M. P. Atendimento Educacional Especializado: Reflexões sobre a Demanda de Alunos Matriculados e a Oferta de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n.3, 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEMECT). **Quantidade de turmas e matrículas AEE**. Disponível em: <http://caxias.pege.com.br/gestor/login.php>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SILVA, I. M. **Educação inclusiva: uma necessidade em ascensão**. 2017. TCC (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Unidade Acadêmica de Educação, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras (PB), 2017.

SILVA JUNIOR, S. V.; MARQUES, M. P. S. D. Atendimento educacional especializado: um estudo comparativo sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil. **Revista Exitus**, v. 5, n. 1, 2015.

SILVA, O. O. N.; MIRANDA, T. G.; BORDAS, M. A. G. História e panorama da formação de professores de educação especial no Brasil. **Revista COCAR**, v. 11, n. 22, 2017.

SILVA, Z. G.; PAVÃO, A. C. O. Curso de EAD: Impactos na Formação e Prática dos Professores. **Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología**, n. 23, 2019.

SOUTO, M. T. **Educação Inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade**. Monografia (Licenciatura em Química) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, Campo Grande, 2014.

SOUZA BRIDI, F. R. Formação continuada em educação especial: o Atendimento Educacional Especializado. **UNISUL**, v. 4, n. 7, 2011.